

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano VII - Nº. 60 - abril 2013



Impresso Especial
9912232122-DR-RJ
Fundação Oswaldo Cruz
CORREIOS

CEGPE

Curso de Especialização em Gestão Pedagógica

Administradores, professores e gestores das ETSUS fomentam mudanças na gestão escolar e pedagógica.

sumário

2 ■

especial

Apoio institucional e integralidade do cuidado caminham de mãos dadas

6 ■

escola em foco

ETSUS-PI completa oito anos de criação

8 ■

capa

Gestão pedagógica das escolas técnicas do SUS mais fortalecida

14 ■

em rede

- Para além do ambiente escolar
- Obesidade é problema de saúde pública e das ETSUS

22 ■

entrevista

Daniela Silva Canella: 'A má alimentação e a falta de exercício não são escolhas individuais'

24 ■

aconteceu

Um giro pelas escolas do Maranhão, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Roraima, Acre, Ceará, Piauí e Minas Gerais

28 ■

panorama

Provab 2013 conta com número dez vezes maior de médicos

O fortalecimento do processo de gestão nos espaços de formação técnica do SUS é o foco da matéria de capa desta edição da Revista da RET-SUS. A matéria trata do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica (Cegepe) nas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), fruto de um convênio entre Ministério da Saúde e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, em fevereiro e março, encerrou suas atividades nos polos localizados nas ETSUS de João Pessoa (Paraíba), Salvador (Bahia), Goiânia (Goiás), Belo Horizonte (Minas Gerais), Vila Olímpia (São Paulo), Rio Branco (Acre), Belém (Pará), Blumenau (Santa Catarina), Vila Mariana (São Paulo) e Fortaleza (Ceará). Oferecido na modalidade a distância, esta capacitação envolveu cerca de 300 trabalhadores, entre diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos das instituições de ensino técnico em saúde.

A edição deste mês traz, ainda, a cobertura do Simpósio Nacional sobre Áreas Programáticas, Direito à Saúde e Apoio no SUS, realizado em março de 2013, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O evento reuniu gestores, pesquisadores e apoiadores do SUS de várias regiões do país e centrou-se nas implicações e nos efeitos das áreas programáticas e da gestão das redes integradas no cotidiano dos apoiadores, além da relação entre universidade e serviços na formação para o sistema público de saúde.

Nossa publicação segue com a seção 'Em Rede', trazendo à tona dois importantes temas. O primeiro trata da articulação das ETSUS com movimentos sociais populares na luta por direitos e contra as desigualdades sociais e as iniquidades no âmbito da educação e da saúde. Já a segunda matéria dessa seção diz respeito ao problema da obesidade e aos cursos ofertados pelas escolas da Rede que atendem à Linha de Cuidados Prioritários do Sobrepeso e da Obesidade no SUS.

Na seção 'Entrevista', a nutricionista Daniela Silva Canella, mestre e doutoranda em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), chama atenção para a necessidade urgente de ações intersetoriais que envolvam o tratamento e a prevenção da obesidade. Ela destaca que o sobrepeso tem relação direta com a má alimentação, mas ressalva que os fatores socioculturais são também determinantes desse problema de saúde pública.

Na seção 'Escola em Foco', a trajetória da Escola Técnica do SUS do Piauí, que, em março de 2013, completou oito anos de existência e dedicação à educação profissional em saúde. Ela comemorou mais um aniversário com a formatura de mais de seis mil agentes comunitários de saúde.

A seção 'Aconteceu' deste mês faz um passeio pelas ETSUS do Piauí, do Maranhão, de Roraima, do Acre, do Pará, pela Escola de Formação em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Escola de Saúde Pública do Ceará e Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Por fim, em 'Panorama', um levantamento do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), que, em 2013, passa a contar com um número dez vezes maior de médicos. Uma boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano VII - nº 60 - abril de 2013
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Aldiney José Doreto (DEGES/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O' Dwyer** (CONASS); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (CONASEMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Damião Mendonça Vieira** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 10.000 exemplares . **Impressão:** Duo Print

Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manguinhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria

Katia Machado
Reportagem e redação
Flávia Lima, Jéssica Santos e
Ana Paula Evangelista
Projeto Gráfico e Diagramação
Mário Carestiatto
Capa
Mário Carestiatto
Assistente de Gestão
Fernanda Martins
Periodicidade
Mensal / Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Simpósio pretendeu conhecer o trabalho do apoio nas regiões do Brasil e suas relações com a garantia do direito humano à saúde.

Apoio institucional e integralidade do cuidado caminham de mãos dadas

especial

Flávia Lima

Conhecer melhor o trabalho do apoiador de saúde nas regiões do Brasil e suas relações com a garantia do direito humano à saúde e a democratização das relações institucionais no âmbito do SUS. Esses foram os objetivos do Simpósio Nacional sobre Áreas Programáticas, Direito à Saúde e Apoio no SUS, realizado nos dias 26 e 27 de março de 2013, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O evento reuniu gestores, pesquisadores e apoiadores do SUS de várias regiões do país e centrou-se nas implicações e nos efeitos das áreas programáticas e da gestão das redes integradas no cotidiano dos apoiadores, além da relação entre universidade e serviços na formação para o sistema público de saúde.

O simpósio representou mais uma etapa da pesquisa *Áreas programáticas e direito à saúde: construção da integralidade no contexto do apoio institucional*. Fruto de uma parceria do Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Lappis /IMS/Uerj) com o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (Dapes/SAS/MS), a pesquisa tem como objetivos compreender, a partir da análise das experiências existentes, os mecanismos de inserção do apoio capazes de considerar os diversos contextos e especificidades locais e regionais do território nacional, identificar os desafios concernentes aos objetos específicos da programação e das estratégias das políticas de saúde, verificar a materialização da integralidade do cuidado como condição de efetivação do direito humano à saúde e observar a relação entre integralidade e apoio como eixo orientador das atividades e ações, que permita aproximar as diferentes áreas programáticas e a gestão das políticas de saúde.



Pesquisa estuda o trabalho do apoiador do SUS, identificando os desafios enfrentados neste campo



Pasche (no centro): 'Articular as áreas programáticas na perspectiva da construção da integralidade'

Segundo Roseni Pinheiro, coordenadora do Lappis e da pesquisa, esta iniciativa possibilita conhecer melhor o trabalho do apoio nas regiões do Brasil e suas relações com a garantia do direito humano à saúde. “Construir uma pesquisa desse porte implica desmistificar o ‘saber fazer’”, observou.

O primeiro dia do simpósio foi marcado por duas mesas-redondas. A primeira tratou do tema *Construção da pesquisa e de seus percursos teóricos, conceituais e metodológicos de uma rede de pesquisa*. O diretor do IMS/Uerj, Cid Manso de Mello Vianna, após dar as boas-vindas aos participantes, disse acreditar em uma produção de conhecimento que possa contribuir para uma melhor gestão do SUS e por mais qualidade na saúde.

O debate foi mediado pelo diretor do Dapes, Dário Pasche, e contou com a participação do professor Fábio Hebert da Silva, psicólogo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em Educação pela Ufes, de Francini Guizardi, pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), e de Roseni Pinheiro. “O simpósio tem como finalidade definir como devemos articular o número de áreas programáticas ou estratégicas, na perspectiva da construção da integralidade e de um SUS igualitário para todos”, resumiu Pasche.

Em sua avaliação, o evento possibilitou conversar sobre o apoio e as áreas programáticas do Ministério. Para ele, o momento é de disponibilizar os produtos dessa parceria entre Lappis e Dapes e de debater os percursos teóricos e conceituais de uma rede de pesquisa. “O evento traz à tona aquilo que estava escondido, apresentando novas demandas e possibilitando entender o universo do apoio no SUS, fazendo com que se torne ferramenta estratégica para o Ministério da Saúde”, disse.

No que se referiu ao contexto da pesquisa, Fábio Hebert revelou que a construção desse projeto foi marcada por um esforço para promover espaços de

diálogo em todas as suas fases. “Esse desafio acabou se revelando como uma estratégia recompensadora”, avaliou. Segundo ele, alguns princípios devem nortear esse trabalho de pesquisa sobre o apoio no SUS. “É preciso promover espaços de diálogos em todas as fases da pesquisa, construir caminhos e refletir sobre essa construção”, enumerou o pesquisador, para quem a experiência do apoio não pode ser resumida.

Na observação de Roseni Pinheiro, o processo de construção de uma pesquisa tem muito a oferecer. “Pesquisar ensinando e ensinar pesquisando são tarefas que exigem disponibilidade e humildade epistemológica para construir um projeto coerente com o campo da Saúde Coletiva, onde temos a felicidade de conviver com as nossas referências teóricas e metodológicas”, disse.

Na mesa de debate, a pesquisadora da EPSJV Francini Guizardi destacou o eixo paradigmático da pesquisa: trabalhar com o apoio permite que se identifiquem práticas afeitas à integralidade, ao compromisso com a produção de relações democráticas e à superação da fragmentação do cuidado. “A pesquisa tem o desafio de pensar sobre o apoio, prática que permeia o cotidiano da vida da gente”, disse.

A segunda mesa-redonda focalizou o tema das áreas programáticas estratégicas e da gestão de redes integradas e suas implicações e efeitos no cotidiano dos atores na luta por direitos. Mediado por Roseni Pinheiro, o debate contou com a participação de Marden Marques Soares Filho, coordenador da Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário (Dapes/SAS/MS), Gilvani Grangeiro, representante da Coordenação da Área Técnica da Saúde da Criança do Ministério da Saúde, Teresa de Lamare, coordenadora da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem (Dapes/SAS/MS), e Gustavo Nunes de Oliveira, coordenador da Política Nacional de Humanização (PNH/SAS/SUS). Dário Pasche falou em nome de Vera Mendes, coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, e Sonia Lievori,

coordenadora da Rede Cegonha do Ministério da Saúde da Área Técnica da Saúde da Mulher, representou a Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher, Maria Esther Albuquerque.

Na observação de Gustavo Nunes, a prática de apoio vem se alastrando e é experimentada e estudada, mais recentemente, em muitos espaços e campos de formação e linhas de pesquisa. “A discussão do apoio cresce junto com a discussão sobre humanização. Essa pesquisa vai ajudar a mapear como essa prática acontece no cenário nacional e quem se identifica com essa prática”, disse, acrescentando que é necessário ir além de uma mera discussão epistemológica sobre o que deve ou não ser considerado apoio.

Para Pasche, é preciso conversar sobre como articular o grupo de áreas programáticas ou estratégicas. “Isso diz respeito às áreas técnicas que compõem a saúde, na perspectiva da integralidade e do desenvolvimento do SUS para todos”, explicou.

Sob a mediação do professor Fábio Hebert, a mesa-redonda da tarde do primeiro dia de simpósio trouxe à tona relatos sobre o tema da formação e dos apoiadores. A pesquisadora Maria Elizabeth Barros de Barros, professora titular do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PSI/UFES), apresentou o projeto *Apoio institucional às políticas públicas de Saúde da Grande Vitória*, criado em parceria com o professor Rafael Gomes.

Segundo Elizabeth, o trabalho de apoio começou em Cariacica, município da Grande Vitória, no Espírito Santo, como proposta da Política Nacional de Humanização (PNH), do Ministério da Saúde. “A ideia era desenvolver um trabalho na região, em função das condições precárias de saúde daquele município”, contou.

A iniciativa de apoio desenvolvido em Cariacica promove a reflexão sobre a formação de apoiadores e as relações entre universidade, serviços e Ministério da Saúde. “A proposta é pensar esse trabalho de apoio realizado no município e como a gente tem preparado para fazer esse apoio”, disse.

Em seguida, a pesquisadora Geórgia Sibeles Nogueira da Silva, do Departamento de Psicologia e integrante do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Nesc/UFRN), descreveu, na forma de conto, o trabalho de pesquisa sobre os apoiadores da PNH no Nordeste do Brasil. “Relação de pesquisar e formar, em constante movimento, com visibilidade, responsabilidade e pertencimento. A pesquisa está em construção, mas nessa sequência temos vários desassossegos, e precisamos saber em que medida o apoio tem viabilizado a qualidade da atenção ao usuário e a reorganização dos processos de trabalhos na direção da gestão efetivamente partilhada”, recitou.

A pesquisadora Liane Righi, do Centro de Educação Superior do Norte do Estado do Rio Grande do Sul (Cesnors/UFSM), trouxe as experiências de apoio institucional dos municípios de Palmeira das Missões e Santa Maria, na Região Sul, promovendo a reflexão sobre a formação do apoiador sob uma perspectiva inclusiva dos alunos. Por sua vez, a pesquisadora Simone Paulon, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), propôs uma discussão em torno dos efeitos dos últimos dez anos da PNH, questionando se é possível formar apoiadores nesse contexto. “Toda intervenção tem uma dimensão formativa. Temos a convicção que é possível e necessário formar apoiadores institucionais no SUS”, afirmou.



Roseni (no centro): ‘É preciso ter humildade epistemológica para se construir um projeto coerente com o campo da Saúde Coletiva’

Flavia Lima / RET-SUS

Experiências exitosas de apoio

O segundo dia de simpósio destacou-se pelo lançamento da convocatória para relato de experiências de apoio e do questionário para mapeamento da atuação dos apoiadores. “Esse momento já é uma prática concreta do Lappis na construção de pesquisas. É o que denominamos de validação dialógica e coroa o exercício concreto da solidariedade do conhecimento”, resumiu Roseni.

Coordenadora da equipe de Fisioterapia do Hospital Sofia Feldman e coordenadora adjunta da pesquisa, Tatiana Coelho Lopes apresentou a ferramenta da convocatória, que tem como finalidade identificar experiências de apoio institucional voltadas para a melhoria dos processos de gestão, trabalho e formação. Segundo a pesquisadora, esta proposta buscará, nas trajetórias e na materialidade das experiências institucionais de apoio, conhecer as experiências, os usuários, ges-

tores e trabalhadores e suas práticas, na interface com o direito à saúde, a integralidade, a formação, a gestão dos processos de trabalho, a redes sociais de cuidado e de atenção à saúde. A ideia é selecionar até dez relatos para pesquisa de campo, garantindo a representação das cinco regiões do país (com, no mínimo, uma experiência por região).

Já, o questionário eletrônico, apresentado pela psicóloga e pesquisadora do Lappis Jaqueline Robaina, tem como objetivo contribuir para a construção do conhecimento acerca dos itinerários formativos, da inserção nos processos de atenção e gestão e dos desafios enfrentados pelos apoiadores em todo o Brasil. “Esse questionário não tem como propósito inibir ou constranger qualquer participante, mas contribuir para o compartilhamento de ideias e para fortalecer o apoio em sua relação com as políticas e programas do SUS”, explicou a psicóloga, para quem o diálogo é fundamental entre apoiadores e gestores do SUS. ■

Práticas de apoio nas ETSUS

Segundo o Ministério da Saúde, através das Diretrizes do Apoio Integrado para Qualificação da Gestão e da Atenção no SUS, a expressão apoiador começou a ser utilizada em 1998, referindo-se à função de pessoas que trabalhavam como apoio às organizações. De acordo com o MS, o apoiador deve estar sempre inserido em movimentos coletivos, buscando novos modos de operar e produzir, atuando na articulação entre o cuidado e a gestão. O trabalho deste profissional envolve uma tríplice tarefa: ativar coletivos; conectar redes; e incluir a multiplicidade de olhares e práticas, interesses e desejos para produção de objetivos comuns, em prol da implementação das políticas de saúde.

Eles contribuem com estados e municípios no planejamento em saúde, no planejamento regional integrado, na elaboração do desenho da rede de atenção à saúde em cada território, na implementação das redes de atenção à saúde, com ênfase nas redes temáticas estabelecidas nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde, na implementação de Contratos Organizativos de Ação Pública (Coap) e nos processos decorrentes dessas ações, tais como regulação, monitoramento e avaliação, gestão do trabalho e educação na saúde, vigilância em saúde, entre outros.

Nas escolas técnicas e centros formadores do SUS, o apoiador é o trabalhador que tem autonomia para acompanhar de perto a realização de cursos descentralizados, além de negociar com gestores municipais, caso a contrapartida pactuada entre escolas e prefeituras não seja cumprida. Considerado um articulador e facilitador do processo de trabalho da equipe frente à gestão, o apoiador matricial desenvolve atividades gerenciais a partir do acompanhamento do processo de trabalho de cada setor do serviço e incentiva a construção de espaços de cogestão.

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), em Fortaleza, instituiu em seu quadro o apoiador matricial. “É a pessoa de referência que vai estar junto às coordenadorias regionais de saúde de todo o estado, fazendo articulações em prol da educação permanente em saúde”, explicou a diretora de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, Ondina Canuto, acrescentando que o apoiador deverá estar dentro da coordenadoria regional fazendo articulação com as ações que estão acontecendo na escola.

A diretora explica, ainda, que o apoiador atua principalmente nos cursos descentralizados. Ela revela que, hoje, 8% dos problemas que surgem no decorrer dos cursos nos municípios são resolvidos pelo apoiador matricial. “Quando a escola inicia um determinado curso em certa região, além da coordenadora regional, faz-se necessário um apoiador matricial como referência”, explica. Segundo ela, esses apoiadores têm a capacidade de negociação permanente. “Dessa maneira, discutimos, tomamos decisões e fortalecemos o papel da escola técnica, que é promover educação profissional em saúde”, destaca.

Na avaliação de Ondina, o apoiador matricial tem em sua mão o poder de negociação com o gestor. “Somente, em último caso, a questão é trazida para a escola”, informa. Segundo ela, esse profissional tem papel estratégico nas ETSUS, pois conhece o propósito da política de educação e das ações que a escola desenvolve. “No caso da ESP-CE, por exemplo, são 184 municípios atendidos, e algumas cidades ficam a mais de 12 horas de distância da capital. Então, ter uma pessoa de referência que promove a articulação e conhece o papel da escola e a importância da educação permanente é importante para desenvolver essa estratégia”, conclui.

Escola Técnica do SUS do Piauí comemora oito anos de existência com a formatura de mais de seis mil agentes comunitários de saúde.

ETSUS-PI completa oito anos de criação

escola em foco

Flávia Lima

Mais de seis mil alunos formados na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde e a promessa de execução das duas etapas seguintes da formação. O anúncio foi feito, em março deste ano, pela coordenadora-geral da Escola Técnica de Saúde do SUS do Piauí (ETSUS-PI), Maria Alzenir da Silva Gomes Araújo, no mês em que a instituição comemorou oito anos de existência. "Iremos iniciar as etapas formativas 2 e 3 em todo o território de saúde do Piauí, de forma que os alunos contemplados com a primeira etapa também sejam beneficiados", afirmou.

Instalada no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez, a ETSUS-Piauí foi criada por meio do Decreto Estadual nº 11.655, em 2 de março de 2005. Segundo Maria Alzenir, desde a sua fundação, a escola já formou cerca de nove mil profissionais através dos cursos técnicos em Radiologia, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde e na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, além de aperfeiçoamentos em Terapia Neonatal e Adulto, Hemoterapia, Maternidade e Saúde do Idoso. A escola realiza, também, cursos descentralizados em outros municípios. Para Maria Alzenir, a medida é importante, pois permite os alunos estudarem nas suas áreas de atuação profissional.

No caso dos cursos descentralizados, após a pactuação com os gestores municipais, a escola realiza a seleção dos coordenadores e apoios administrativos locais, que geralmente são ligados ao município-sede, para facilitar a interlocução entre as partes, e fornece a metodologia. "Fazemos a seleção dos instrutores de aulas presencial e prática, a capacitação técnico-pedagógica desses profissionais e o acompanhamento durante a execução dos cursos. A certificação acontece após uma conferência detalhada de toda a documentação, e a confecção dos diplomas é feito na sede da escola", informou.

O trabalho desenvolvido pelas secretarias de Educação e Saúde do estado do Piauí ajuda a ampliar a oferta de cursos e a fortalecer a instituição, que tem como missão melhorar a qualidade técnica dos profissionais, segundo as necessidades do SUS. "A Escola Técnica do SUS do Piauí é de suma importância para a sociedade, tendo em vista que ela capacita e qualifica os servidores do sistema de saúde", frisou. De acordo com a coordenadora, a instituição já superou alguns desafios ao longo desses oito anos, como aquisição de equipamentos tecnológicos, avanço no quantitativo e qualitativo de recursos humanos (instrutores) e aprimoramento do material didático utilizado nos cursos. "A ETSUS-PI está prosseguindo com a formação de profissionais em saúde, apesar de alguns problemas, como a pequena quantidade de colaboradores na área de conferência de documentos e confecção de diplomas", observou.

O crescimento da escola, segundo ela, deve-se especialmente à mudança de comportamento dos profissionais da saúde que passam pela escola. "Nossa intenção não é só capacitar, mas mudar a qualidade da assistência que esses profissionais prestam aos usuários do SUS", destacou.

■ Carro-chefe

Considerado carro-chefe da escola, o Curso Técnico em Enfermagem já capacitou 1.200 alunos e, segundo Maria Alzenir, a formação é uma das mais procuradas na escola, tendo turmas espalhadas por 19 municípios. Outros cursos oferecidos pela ETSUS-PI são: Aperfeiçoamento em Urgência e Emergência, que conta com 180 alunos; Capacitação em Terapia Intensiva de Adulto, com 156 alunos; Capacitação em Terapia Intensiva Neonatal, também com 156 alunos; Capacitação em Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família, que conta com 477 alunos; Aperfeiçoamento em Maternidade, com 500 alunos; Aperfeiçoamento em Hemoterapia, com 120 alunos; Capacitação para Agentes de Combate às Endemias, com 1.200 alunos; Curso Técnico em Vigilância em Saúde, com 162 alunos; Curso Técnico em Higiene Dental, com 510 alunos; Curso Técnico em Saúde Bucal, que capacitou 62 alunos; Curso Técnico em Radiologia, com 72 alunos.

Técnica em Saúde Bucal no município de Hugo Napoleão, a 145 quilômetros de distância da capital Teresina, Márcia Barbosa da Silva avaliou que o Curso Técnico em Saúde Bucal vem ao encontro das necessidades do sistema de saúde. Ela, hoje, trabalha no setor de Estatística da Secretaria Municipal de Saúde de Hugo Napoleão. “Eu trabalhava há 17 anos no município, mas como terceirizada. Então, resolvi fazer o curso com o objetivo de me capacitar e mudar de vida. Após um ano de curso, um concurso foi aberto, eu me inscrevi e fui classificada em segundo lugar”, contou orgulhosa.

A técnica credits o sucesso na profissão ao curso ofertado pela ETSUS-PI. “Hoje sabemos que o mercado está competitivo e que a Saúde é uma área que está sempre se renovando, onde todos estão em busca de aperfeiçoamento. Por isso, todos devem investir”, aconselhou.

Outra ex-aluna da ETSUS, Selma Maria Andrade Soares também elogia o Curso Técnico em Saúde Bucal que realizou na instituição, entre junho de 2012 e março de 2013. Técnica em Saúde Bucal em Teresina, ela informou que a formação trouxe mais conhecimento na área. “Os professores são excelentes e qualificados. A minha nota para o curso é mil”, opinou. Ela trabalha na área de Saúde Bucal e está buscando outras qualificações. “Não podemos ficar parados, é preciso renovar e capacitar sempre. Estou em busca de outros cursos para me aperfeiçoar ainda mais na minha profissão”, disse.

Selma revelou que tomou conhecimento do curso através de amigos. “Na época, eu trabalhava na Secretaria de Administração de Teresina. Soube do curso por uma médica que me orientou a ir a um posto de saúde e me informar. A partir daí, fiz a inscrição e comecei a especialização”, recordou. Durante a formação, ela chegou a ficar desempregada, mas não desistiu e concluiu o curso. “Eu trabalhava numa empresa, como terceirizada. Durante o período, fui demitida. Mas aproveitei para fazer estágios e treinamento. Isso foi importante para a minha formação”, garantiu. Em sua avaliação, o curso da ETSUS-PI contribuiu para a melhoria dos serviços de saúde oferecidos à população. “Acredito que a qualificação profissional promove a excelência dos serviços prestados à população”, finalizou. ■



Cerca de 300 trabalhadores das ETSUS participam de curso de especialização em gestão pedagógica, tornando-se mais preparados na organização de cursos e da própria escola.

capa

Jéssica Santos e Flávia Lima

Gestão pedagógica das escolas técnicas do SUS mais fortalecida

O fortalecimento do processo de gestão nos espaços de formação técnica do SUS deu o tom ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica (Cegepe) nas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), realizado por meio de convênio entre Ministério da Saúde e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A iniciativa encerrou, nos meses de fevereiro e março, suas atividades nos polos localizados nas ETSUS de João Pessoa (Paraíba), Salvador (Bahia), Goiânia (Goiás), Belo Horizonte (Minas Gerais), Vila Olímpia (São Paulo), Rio Branco (Acre), Belém (Pará), Blumenau (Santa Catarina), Vila Mariana (São Paulo) e Fortaleza (Ceará).

O curso, oferecido na modalidade a distância, contou com a participação de cerca de 300 trabalhadores, entre diretores, coordenadores e supervisores pedagógicos das instituições de ensino técnico em saúde. Além da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável pela certificação dos alunos, participaram da elaboração da especialização profissionais da Universidade de São Paulo (USP) — campi São Paulo e Ribeirão Preto —, da Universidade de Campinas (Unicamp) e das escolas técnicas do Ceará, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Na cerimônia de encerramento do polo de Belo Horizonte, realizada no dia 22 de fevereiro na capital mineira, a coordenadora do Cegepe e professora da UFMG, Alda Martins Gonçalves, ressaltou a importância da formação. “O objetivo da iniciativa foi preparar administradores, gestores e professores das ETSUS, fortalecendo cada vez mais a formação técnica em saúde”, frisou. Ela chamou atenção para o fato de as escolas, apesar de serem unidades independentes, estarem organizadas em rede. “O curso contribuiu para instrumentalizar atores institucionais e fortalecer a gestão da rede de escolas técnicas”, destacou. Na avaliação de Alda, uma rede fortalecida promove o desenvolvimento social e contribui para a prática do controle social em saúde.

O Cegepe durou, em média, um ano, totalizando 450 horas, e contou com três momentos presenciais, ocorridos nas dez ETSUS polo do projeto — Blumenau (SC), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), São Paulo (unidades Vila Olímpia e Vila Mariana), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Belém (PA), Rio Branco (AC) e Fortaleza (CE) —, além do ensino a distância.

No primeiro momento presencial, além de leituras de textos e promoção de debates, os professores usaram práticas de dinâmica de grupo. A coordenadora do Cegepe e professora da UFMG Sônia Maria Nunes conta que, no polo de Belo Horizonte, as professoras propuseram uma brincadeira com laranjas, na qual cada aluno deveria passar a laranja para o colega e, quando a laranja voltava para a mão do aluno, ele deveria devolvê-la para quem a entregou. “Essa brincadeira serviu para representar o medo e as dificuldades de resolver problemas e para discutir o que fazer com a demanda recebida: se você resol-



Polo Fortaleza: professora Sônia observa propostas de intervenção sobre os problemas de gestão das escolas técnicas.

ve o problema ou, simplesmente, transfere a responsabilidade”, explicou.

As aulas a distância do Cegepe, por sua vez, aconteceram por meio de uma plataforma virtual e cada núcleo temático contou com material didático específico, entre textos e vídeos. “Nós trabalhamos com duas disciplinas nessa modalidade: uma sobre a gestão das escolas técnicas; e outra sobre a avaliação nas escolas”, contou a docente da UFMG. De acordo com Sônia, o ensino a distância não diminuiu a dedicação dos alunos. “Meses atrás, só tínhamos sete confirmações de trabalho de conclusão de curso (TCC). Hoje, aqui, temos 28 alunos presentes, o que resultou em 14 defesas de TCCs”, comemorou a professora, durante a cerimônia de encerramento do polo de Belo Horizonte.

Vale citar que, nos últimos encontros presenciais, realizados nos meses de fevereiro e março, os participantes apresentaram vários TCCs que, em geral, foram propostas de intervenção sobre a realidade, a partir de um problema da escola à qual o aluno estava vinculado.

O Cegepe foi estruturado segundo a lógica da investigação e da problematização, com o intuito de provocar mudanças no dia a dia das escolas técnicas, revelaram as professoras. Na avaliação de Sônia Nunes, a formação promoveu reflexões que levam a tomadas importantes de decisão. “Observamos o êxito dessa experiência na apresentação dos trabalhos. Tivemos excelentes propostas de intervenção sobre os problemas de gestão das escolas técnicas”, disse.

O mesmo constatou Alda Gonçalves. “O curso fomenta e fortalece processos de mudanças dentro das ETSUS”, observou. Para ela, o Cegepe significou oportunidade de aprimorar a capacidade de gestão

dos profissionais, integrando teoria e prática, ensino e serviço, produzindo mudanças na organização pedagógica e curricular da educação profissional e fortalecendo os núcleos estruturantes das ETSUS.

A necessidade da formação justificou-se pela necessidade de uma educação profissional permanente. “A maioria das escolas foi criada a partir de demandas pontuais. Agora, o contexto mudou: é preciso uma qualificação continuada”, destacou Sônia. Segundo ela, alunos e escola ganham em organização administrativa e pedagógica e na compreensão da legislação da educação profissional em saúde.

Para a professora Maria Teresa Seabra, diretora da Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA), no Maranhão, e também tutora presencial do Cegepe, ao promover a reflexão sobre a prática, o curso conseguiu trazer para a arena de debate os problemas de gestão das escolas e transformar essas realidades em propostas de intervenção. “O curso permitiu compartilhar diferentes problemas e ideias e, ao mesmo tempo, ensinar com a prática”, resumiu. “Estamos colhendo os frutos de uma proposta que começou sem a certeza de que conseguiríamos alcançar os objetivos. Hoje, podemos afirmar que muitas práticas poderão ser transformadas com as várias propostas de intervenção apresentadas”, avaliou a subcoordenadora pedagógica do Cegepe e professora da Escola de Enfermagem da UFMG, Salete Maria de Fátima Silqueira.

Para Adriano Marçal Pimenta, professor da Escola de Enfermagem da UFMG e tutor do curso em Belo Horizonte, esta formação destacou-se por focalizar os profissionais que fazem parte dos núcleos estruturantes das escolas técnicas. “O Cegepe serviu para capacitar os trabalhadores quanto à gestão peda-



gógica dos cursos técnicos. O impacto nas escolas, certamente, será bastante positivo”, afirmou. “Conseguimos construir, juntos, conhecimentos sobre as realidades das ETSUS e compreender os significados do conjunto de suas atividades, visando à melhoria da qualidade educativa e uma maior relevância social”, avaliou Geralda Fortina, professora da UFMG e tutora do Cegepe em João Pessoa.

Experiências exitosas

No polo de Fortaleza, o encerramento do Cegepe — promovido entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2013, na Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) — trouxe experiências interessantes de superação dos problemas com a gestão escolar e pedagógica. Desta escola, participaram dez profissionais, entre eles professores, gestores, coordenadores e supervisores pedagógicos de cursos técnicos, além de educadores das escolas de Saúde da Família dos municípios de Sobral, Barbalha e Iguatu. “A ESP-CE foi polo do curso, juntamente com outras ETSUS. A turma contou, também, com alunos dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí”, informou a coordenadora de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, Maria Ivanília Timbó.

No evento de encerramento, a assessora da direção da ETSUS-MA, Monika Costa, apresentou seu trabalho de conclusão de curso, sob o título *ETSUS na roda: uma contribuição ao corpo técnico administrativo*. O projeto teve como objetivo incluir os técnicos administrativos da ETSUS Maranhão nos momentos formativos e de decisão, através de rodas de conversa. Segundo Monika, a experiência serviu para chamar a atenção sobre o papel do técnico administrativo na escola. “O trabalho apresenta uma proposta de incluir os técnicos administrativos da escola nos momentos formativos. Na escola, temos nove profissionais dessa área, mas eles não se sentiam à vontade em participar dos debates pro-

movidos na instituição”, explicou a aluna, acrescentando que foram realizadas reuniões para descobrir as dificuldades, demandas e problemas da escola. “Esses trabalhadores são a base da escola técnica e, capazes de propor soluções aos problemas do dia a dia”, justificou, comparando o funcionamento da ETSUS a um tabuleiro de xadrez. “Os técnicos administrativos são peça-chave desse tabuleiro. A proposta desse trabalho é que eles possam enxergar mais além”, concluiu.

Coordenadora pedagógica da ETSUS-MA, Regimarina Soares Reis acredita que é preciso fortalecer espaços existentes das ETSUS e propor novos. “Acredito que a gestão compartilhada é o que torna possível um processo de trabalho mais produtivo”, defendeu. Para ela, incluir novos atores no processo de gestão, de decisão, de reflexão e de intervenção significa dividir responsabilidades e faz com que os trabalhadores se sintam mais comprometidos e compreendam a importância que têm na gestão escolar. “A gente quer fazer com que a pessoa se torne parte da escola por opção e superar a forma tradicional de se encarar o processo produtivo, onde alguém manda e o outro obedece”, disse.

Ela apresentou o TCC *Fortalecimento da cogestão do processo de trabalho da ETSUS-MA*, cujo objetivo foi discutir o processo de gestão compartilhada. “Nossa meta é formar trabalhadores de saúde. Quando temos um corpo técnico que sabe o que a escola faz e porque faz, o processo flui melhor. Isso se reflete na rapidez, na agilidade e na organização das turmas”, opinou.

Implantação do projeto de intervenção como método avaliativo nos cursos técnicos da ETSUS-PI deu título ao trabalho final de Luciana Aparecida da Silva, coordenadora técnica do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS-PI), em Teresina. “O objetivo do trabalho foi implantar na escola um instrumento

avaliativo para que o aluno buscasse na sala de aula o conhecimento e o aplicasse na prática”, explicou. Ela acredita que os aspectos político e social fazem com que o trabalhador se modifique com o passar do tempo. “Os serviços querem um profissional reflexivo que não somente identifique os problemas, mas que aponte as soluções”, salientou.

Sob o título *Implantação de um sistema de controle acadêmico como ferramenta de monitoramento pedagógico dos cursos de educação profissional da ESP-CE*, o projeto da supervisora da secretaria escolar da escola cearense, Ana Lúcia Barreto, teve como objetivo propor a implantação do controle acadêmico, considerando a necessidade de concentrar as informações com relação à frequência, às notas e ao conteúdo. “Necessitamos de um instrumento único, para que possamos monitorar o curso do início ao fim”, argumentou.

A aluna informou que a ESP-CE trabalha com turmas descentralizadas e, por isso, a demanda é grande. Dessa maneira, defendeu, o projeto ajuda a agilizar o processo de gestão escolar. “O trabalho pode nos ajudar, trazendo rapidez para as nossas respostas. Durante um curso, por exemplo, teríamos acesso ao sistema, ganhando tempo para preparar e adiantar o processo de confecção do histórico escolar e das diplomações”, explicou.

Coordenadora técnica da escola do Piauí, Lívia de Almeida Soares apresentou o projeto *Instrumento de avaliação da ETSUS-PI: desafios de construí-lo*, com vistas a encontrar a melhor forma de avaliar as ações da escola técnica, sob a ótica dos docentes, discentes, gestores de saúde, corpo técnico-administrativo e comunidade. “Com isso, a gente vai ter como avaliar nossas ações, reavaliá-las e propor mudanças”, enumerou.

Coube à diretora da Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (ETSUS-AM), em Manaus, Acácia de Lima Uchiyama, apresentar ao fim do Cegepe o trabalho *Reestruturação da capacitação pedagógica da ETSUS-AM* em estratégias metodológicas ativas de ensino-aprendizagem para implantação das avaliações formativas nos cursos técnicos. O objetivo foi reestruturar as capacitações pedagógicas ofertadas para os docentes da escola. “O curso permitiu analisar o contexto das ETSUS, com base na literatura, e identificar as falhas na gestão escolar e pedagógica, com vistas a buscar melhorias e aproximar as equipes das ETSUS”, observou.

Acácia informou que o processo de elaboração do trabalho se deu a partir de uma proposta de intervenção realizada por meio da análise do contexto metodológico e pedagógico da escola. “Isso permitiu um razoável desenho da situação atual, além de um



Flavia Lima, RET-SUS

Em Fortaleza, Luciana (ETSUS-PI) propõe a implantação de um instrumento de avaliação.

diagnóstico da estrutura pedagógica da ETSUS-AM realizado por meio de reuniões com a equipe pedagógica", contou a diretora. A partir da identificação dos problemas, acrescentou, foi constatado que as capacitações pedagógicas da ETSUS-AM têm conteúdo insuficiente sobre avaliação formativa e metodologias ativas de ensino-aprendizagem para estimular a busca de informações e aplicabilidade pelos docentes.

A aluna esclareceu que esse trabalho contou com um questionário para identificação de problemas relacionados à atuação docente na escola. "São dados que irão subsidiar a reelaboração do conteúdo programático da capacitação. O questionário foi aplicado com 43% dos participantes da capacitação pedagógica da ETSUS-AM, o que correspondeu a 35 docentes da área da saúde, selecionados através de análise de currículo e banca examinadora", disse.

Para Acácia, com a reestruturação das capacitações e inserção dos conteúdos sobre as estratégias educacionais com ênfase nas metodologias ativas, é possível implementar as avaliações formativas dos cursos. "Atualmente, na ETSUS-AM, são realizados os cursos técnicos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) e capacitações com recursos da Política Nacional de Educação Permanente, nos quais a cultura e a metodologia tradicional são predominantes", informou. Em sua avaliação, o ideal seria que todos os docentes tivessem o domínio das estratégias educacionais com ênfase nas metodologias ativas, visando uma aprendizagem significativa, com base nos pilares da educação de "aprender a aprender", "aprender a fazer" e "aprender a ser".

Em Belo Horizonte, a pedagoga e analista em pesquisa e educação na saúde da ESP-MG, Moriya Vaz, apresentou o TCC *Reestruturação das atribuições dos coordenadores do curso técnico em saúde bucal das turmas descentralizadas*. De acordo com a aluna, o próprio título explica o objetivo do projeto de intervenção: melhorar a qualidade do curso técnico, uma vez que orienta o trabalho dos coordenadores nos municípios de Minas Gerais, subsidiando-os nas tomadas de decisões. "O coordenador é visto como componente e parceiro da equipe do Núcleo de Educação Profissional em Saúde (Neps), setor responsável pelos cursos técnicos na ESP-MG, e corresponsável por solucionar os problemas", defendeu.

Na avaliação da aluna, o Cegepe ajudou a pensar a importância do trabalho realizado nas escolas técnicas para a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). "O curso contribuiu também para que pudéssemos conhecer, compartilhar e trocar experiências com outras escolas técnicas do SUS, como a de Montes Claros, Vitória e Espírito Santo", destacou.

A pedagoga da ESP-MG e aluna do Cegepe Erica Menezes dos Reis compartilha da mesma opinião. Para ela, as equipes pedagógicas estão agora mais bem preparadas para atuar nos cursos oferecidos pelas instituições envolvidas. "O curso proporcionou diversas reflexões sobre as práticas e os processos de trabalho já consolidados nas ETSUS, o que implicou enorme esforço por parte dos alunos e, ao mesmo tempo, gerou aprendizagens pertinentes às realidades e às necessidades da educação profissional em saúde", avaliou.

Erica apresentou o TCC *Análise da adequação dos cursos profissionais técnicos de nível médio da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais à legislação da educação profissional técnica no Brasil*. O objetivo desse trabalho foi criar um instrumento de verificação do cumprimento da legislação prevista para a formação profissional técnica de nível médio.

A aluna informou que o primeiro passo para a elaboração do trabalho foi a revisão da literatura sobre a formação profissional no Brasil. Depois, ela destacou a importância do resgate histórico da educação profissional no Brasil, com foco nos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de cada época. O trabalho de pesquisa foi seguido pelo levantamento das principais leis federais relacionadas à educação profissional técnica de nível médio e documentos existentes na própria instituição. Por fim, Erica criou um quadro síntese dos dispositivos legais a serem respeitados, criando um instrumento para análise de dados de pesquisa. "O trabalho faz com que os cursos profissionais técnicos de nível médio sejam oferecidos segundo a legislação educacional disponível no ordenamento jurídico. Tais cursos terão mais credibilidade diante dos órgãos e instituições relacionadas à formação profissional em saúde, assim como respeito da população, a qual receberá o retorno de serviços de saúde mais qualificados", justificou.

Sob a mesma abordagem, a assessora da direção e coordenadora de cursos técnicos do Centro de Educação Profissional e Tecnológica da Escola Técnica de Saúde Unimontes, em Minas Gerais, Renata Flávia Dias, apresentou o trabalho *A evolução histórica e as bases legais da educação profissional no Brasil e seus reflexos na formação do aluno/trabalhador*. O TCC objetivou elencar e analisar as leis, decretos e portarias que tratam da educação profissional de nível técnico e tornar a legislação disponível aos trabalhadores da ETSUS Unimontes.

Renata, que também é advogada, revelou que o processo de elaboração do trabalho foi minucioso. "Esse documento será constantemente atualizado, pois as normas legais são constantemente alteradas para atender às necessidades de cada época", esclare-



Suzi Rocha - Ascom/ESP-MG

ceu. De acordo com a aluna, sua pesquisa contribuirá diretamente com os trabalhos ordinários da instituição, principalmente no que se refere ao acompanhamento de validade de portarias, elaboração de processos de autorização ou reconhecimentos de cursos. “Este documento servirá também de pesquisa para os interessados na Educação Profissional”, acrescentou.

ETSUS Vitória: uma análise do projeto político-pedagógico nos cursos livres deu título ao TCC de Mônica Corrêa, psicóloga e técnica em educação em saúde da escola de Vitória, que solicita, junto com outras instituições de formação técnica em saúde, integrar-se à Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). O trabalho da aluna avaliou os cursos livres oferecidos pela instituição a partir dos princípios filosóficos e metodológicos previstos no Projeto Político Pedagógico (PPP). “O projeto de intervenção possibilitou um diagnóstico situacional dos cursos, indicando que, mesmo registrados no PPP, os princípios filosóficos e metodológicos não estão, ainda, totalmente absorvidos pelos demais atores da Saúde no município, especialmente por aqueles que estão diretamente relacionados à solicitação de cursos livres”, disse. O trabalho traz a necessidade de pensar estratégias de intervenção que viabilizem a aproximação dos cursos livres aos princípios filosóficos e metodológicos da ETSUS Vitória, garantido que seja uma escola do SUS. Da instituição, participaram 10 trabalhadores, incluindo a diretora, Josenan Costa.

Mônica explicou que o PPP é a identidade da escola e, portanto, é o que define e direciona as ações

escolares. “Precisamos fazer do PPP letra viva, ou seja, que se torne realidade nos cursos técnicos ou nas ações de educação permanente, materializando sua visão de homem e de mundo”, orientou. A aluna ressaltou que o projeto de intervenção apresentado na conclusão do curso reforça a necessidade de se cumprir o princípio constitucional de formar profissionais para o SUS.

Com o propósito de apresentar uma proposta de autoavaliação institucional para a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau, em Santa Catarina, a assistente social Teresinha Nogueira desenvolveu ao longo do curso o trabalho *Autoavaliação institucional: estratégias para qualidade de ensino da ETSUS Blumenau*. A proposta do projeto de intervenção foi construir um diagnóstico para reorganização dos processos de trabalho e atualização do PPP da instituição. “A escola tem muitos ganhos ao fazer uma autoavaliação. Esse é um processo novo, que implica refletir o que fazemos e o que oferecemos”, salientou. O trabalho, segundo ela, contribuiu também para melhorar a qualidade e fortalecer a gestão escolar e pedagógica da instituição.

Em sua avaliação, o curso foi importante na medida em que possibilitou aos participantes olhar para as fragilidades da gestão pedagógica e escolar das ETSUS. “Os trabalhadores que participaram do curso puderam elaborar projetos de melhorias das gestões escolar e pedagógica. As atividades e debates propostos durante o curso contribuíram tanto para a elaboração dos projetos de intervenção quanto para a realização das nossas ações na escola”, concluiu. ■

Escolas técnicas do SUS articulam-se com movimentos sociais populares na luta por direitos e contra as desigualdades sociais e as iniquidades no âmbito da educação e da saúde.

Para além do ambiente escolar

em rede

Jéssica Santos

Não é de hoje que instituições da Rede de Escolas Técnicas do SUS buscam construir uma concepção ampla de educação, que incorpore alguns processos educativos ocorridos fora do ambiente escolar, articulando-se com movimentos sociais em prol da formação para o SUS. Exemplo nesse sentido, em novembro de 2012, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) iniciou a Oficina de Educação Popular em Saúde Mental, direcionada a populações assentadas e acampadas em projetos de reforma agrária no estado. Com o propósito de contribuir com o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e cuidados em saúde mental, a ação envolve lideranças de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Minas Gerais e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Organizada pelo Núcleo de Redes de Atenção à Saúde (NRAS) da ESP-MG, em parceria com a Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG) e o MST, a oficina conta com docentes, que participam das etapas presenciais, tutores, responsáveis pelo acompanhamento das etapas locais, profissionais de apoio pedagógico, a quem cabe o apoio administrativo, coordenadores e militantes do MST. “O tema da saúde mental sempre foi desafiante e a gente não sabia como lidar com ele. Para nós, foi fantástica essa troca de experiência”, avaliou Vânia Maria de Oliveira, da Direção Nacional do MST. Ela lembrou que o projeto da oficina começou a ser construído com a ESP-MG no segundo semestre de 2011. “A ação educacional insere-se no desafio de construção de uma política de saúde do campo. Isso é resultado de uma jornada de lutas”, justificou.

Entre os objetivos do projeto estão identificar práticas de cuidado em saúde mental adotadas pelas lideranças de saúde do MST e viabilizar a troca e o compartilhamento das experiências. A oficina também visa a construir uma maior aproximação entre os trabalhadores rurais e os profissionais de saúde, principalmente no que se refere à elaboração das linhas de cuidado em saúde mental, envolvendo as práticas já utilizadas pelas lideranças de saúde e as ações do SUS. “Com esse curso, estamos nos deparando para enfrentar essa realidade que não é fácil. Passaremos a enxergar o tema com mais clareza”, frisou Vânia.

A formação é composta por três etapas presenciais, além de atividades locais. A primeira foi realizada em novembro de 2012, na sede da ESP-MG, da qual participaram 30 lideranças de saúde dos assentamentos e acampamentos do MST de diversas regiões de Minas Gerais e 30 profissionais de saúde. Já a segunda e a terceira etapas, realizadas também na escola, aconteceram em junho e julho deste ano, respectivamente. “Muitos trabalhadores se emocionaram com a presença do movimento social, que certamente

contribuiu para atualizar a missão que a ESP-MG tem com um SUS comprometido com a conquista do direito social à saúde”, disse Ana Regina Machado, coordenadora do NRAS.

No primeiro momento, foram abordadas as seguintes temáticas: a saúde das mulheres do campo; o conceito e as experiências de saúde do MST; a saúde mental no MST; as questões relacionadas ao uso nocivo de álcool e outras drogas; e as estratégias de redução de danos. Outros temas abordados se referiram ao cuidado em saúde mental e à prática corporal, como teatro e massoterapia.

Os alunos contaram, ainda, com as presenças de Meninas de Sinhá, grupo formado por mulheres idosas da periferia de Belo Horizonte, que se apresentam com cantos, cirandas e brincadeiras, do grupo musical de percussão exclusivamente feminino de Minas Gerais Xicas da Silva — que tem como proposta a afirmação da cultura popular brasileira ao estabelecer um repertório que reúne cirandas, rodas, congados, lundus, entre outros —, e de representantes da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Assusam-MG), do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral de Rua e de entidades redutoras de danos.

A primeira etapa presencial foi seguida por atividades locais, que consistiram em oficinas regionais de saúde para sensibilizar as populações dos assen-

tamentos e acampamentos quanto aos aspectos da saúde mental e seus determinantes sociais. Nos assentamentos, os tutores abordaram os cuidados com os usuários de álcool e outras drogas, com enfoque na redução de danos, os fluxos de assistência em saúde mental e as práticas integrativas e tradicionais no cuidado em saúde mental, focalizando a responsabilização comunitária. As etapas locais aconteceram nos municípios do Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Região Metropolitana, Zona da Mata, Sul de Minas e Alto Paranaíba. O mesmo trabalho será realizado nas regiões Norte e Centro-Oeste, do Triângulo e do Vale do Jequitinhonha.

O enfoque das oficinas locais é realizar diagnósticos dos problemas de saúde mental e dos recursos existentes capazes de lidar com tais questões, assim como refletir sobre a aplicabilidade dos temas abordados na etapa presencial. O trabalho ajuda a identificar a situação de acesso aos serviços de saúde por parte das comunidades integrantes do projeto, em especial no que se refere à rede de saúde mental. Vânia revela que, em geral, as pessoas que chegam aos acampamentos e assentamentos — a maioria excluída de outros espaços e sem acesso a direitos sociais — têm algum sofrimento mental ou fazem uso abusivo de álcool.

A previsão é que a oficina seja concluída no fim deste ano com a publicação de uma cartilha, apre-

Encontro presencial da Oficina de Educação Popular em Saúde Mental da escola de Minas Gerais é marcado pela diversidade



sentando as linhas de cuidados em saúde mental para as populações acampadas e assentadas. Na avaliação de Bianca Ruckert, referência técnica na ESP-MG, a primeira etapa desta capacitação cumpriu o papel de revisar conceitos e provocar mudanças de paradigmas em relação aos temas trabalhados. “É importante ressaltar que a primeira fase propiciou a valorização das práticas de saúde já desenvolvidas no MST, bem como o reconhecimento da dimensão cuidadora e formadora do movimento social com as pessoas usuárias de drogas e portadoras de sofrimento mental”, observou.

Entre os pontos destacados pelos participantes nessa primeira etapa estão o respeito, o diálogo, o cuidado e a afetividade com as pessoas em sofrimento mental e usuários de drogas, além da valorização da cultura local na promoção da saúde. “Foi um momento rico de discussão e histórico”, refletiu Vânia.

Na luta por direitos

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), comprometida com a formação politécnica em saúde qualificada e crítica — ou seja,

contrária à lógica essencialmente instrumentalizada —, traz três experiências de articulação com movimentos sociais de base popular que se organizam em lutas por direitos e contra as desigualdades sociais e as iniquidades no âmbito da educação e da saúde. A primeira e mais antiga, concluída em abril de 2011, diz respeito ao Curso de Especialização Técnica em Políticas Públicas de Saúde para a População do Campo.

A formação, considerada pelos estudantes uma vitória da classe trabalhadora, foi organizada a partir da reivindicação de movimentos sociais e oferecida em parceria com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (Sgep/MS), no âmbito do projeto Formação de conselheiros de saúde para o campo. Os participantes do curso foram oriundos de diversos estados do país e vinculados aos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de Pequenos Agricultores (MPA), Popular de Saúde (Mops), entre outros. “O fim desse curso é uma vitória da classe trabalhadora. Não vejo só como uma vitória que eu conquistei. Tem um objetivo maior por trás da minha presença aqui, esse é o diferencial para a maioria dos estudantes”, decla-



Oficina destaca-se pelo compartilhamento de saberes entre escola e trabalhadores rurais sem terra

Arquivo ESP-MG



Jéssica Santos, FRET-SUS

rou Maria Lucimar Soares, integrante do MST, em abril de 2011, durante encerramento do curso. Maria Lucimar vivia em um assentamento no estado do Piauí e fazia parte da turma que se autodenominou Filhos e filhas da terra: semeando saúde.

A formação contou com 280 horas de aula, estruturadas em quatro unidades — Sociedade, Estado e direitos sociais, A questão agrária no Brasil Políticas de Saúde - o SUS e Metodologia do trabalho científico —, e o convívio entre educandos e educadores foi intenso. A programação de atividades geralmente começava às 6h e encerrava às 22h.

O segundo exemplo foi o Curso Técnico em Gerência em Saúde da escola. No currículo, disciplinas sobre trabalho integrado, participação social e saúde. As aulas sobre as temáticas aconteceram em maio de 2012 e contou com uma visita ao assentamento do MST Roseli Nunes, no Rio de Janeiro. Na ocasião, foram promovidos debates sobre a relação da questão agrária no Brasil e a saúde.

A experiência mais atual nesse contexto diz respeito ao Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, realizado com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi formada por militantes e responsáveis pela formação do MST. A turma que se autodenominou Comuna de Paris iniciou os estudos em junho de 2011 e concluiu o curso em maio deste ano de 2013.

Baseada na chamada pedagogia da alternância, o que possibilitou a participação dos assentados da reforma agrária, a formação dividiu-se em cinco etapas de Tempo Escola, quando são realizadas as aulas dos cursos, e quatro etapas de Tempo Comunidade, intervalo entre as etapas dos cursos, quando os alunos socializam os conhecimentos aprendidos nas aulas e realizam pesquisas e trabalhos de campo para aprofundar os ensinamentos, potencializando a relação entre teoria e prática. A carga horária foi de 664 horas e a duração, de 24 meses. "Foi uma trajetória emocionante e, ao mesmo tempo, inquietante, pois permitiu a turma ousar e a ter liberdade intelectual", disse Virgínia Fontes, professora da EPSJV e uma das coordenadoras do curso.

O término da formação foi marcado pelas apresentações dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), conforme as quatro linhas de pesquisas propostas — Trabalho e educação; Estado, políticas públicas de educação e luta de classes; Universidade, ciência e hegemonia: a questão da consciência; e Movimentos sociais e as experiências da luta pela educação —, e seguiu com o Seminário *Luta de Classe e Educação*, realizado no dia 15 de maio, no auditório da EPSJV. A atividade marcou o encerramento do curso (ver box). "Esses trabalhos estarão disponíveis para qualquer pessoa que queira conhecer, aprofundar o conhecimento sobre a educação e as grandes questões que o MST traz e fomenta", informou Virgínia, para quem o curso pensou uma educação para a classe trabalhadora. ■

A educação pública está a serviço de quem?

"A luta de classes sempre esteve presente na educação. Desde a metade do século 20 temos ações orgânicas articuladas do capital sobre a educação. O capital apropriou -seda teoria do capital humano e fez uma redefinição do homem como força de trabalho". A observação é de Roberto Leher, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que abriu o Seminário *Luta de Classe e Educação*, realizado no dia 15 de maio. O evento marcou o encerramento do Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais da EPSJV, voltado para os militantes e responsáveis pela formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e contou, ainda, com a participação de Divina Lopes, dirigente nacional do MST.

De acordo com Leher, a teoria apropriada pelo sistema capitalista passou por momentos diferentes. Na década de 1980, é possível perceber avanços na concepção de educação articulados pela ascensão de diferentes movimentos sociais. Já, na década de 1990, o capital iniciou um processo de difusão de outras teorias que agregam setores dominantes. "Um exemplo dessa fase é o movimento Todos pela Educação, que reúne empresas como Itaú, Odebrecht, Vale, entre outras. Elas representam o núcleo sólido dos setores dominantes, que operam uma agenda que a sociedade usa como seus referenciais", criticou, acrescentando que o capital faz uma forte ofensiva sobre a educação pública. Ele exemplificou sua observação com o Plano Nacional de Educação, no qual tudo que diz respeito à formação profissional está ligado ao setor sindical.

Para o professor, há poucos questionamentos e tensionamentos na sociedade brasileira sobre o processo de educação. "Até na esquerda há o consenso de que a educação está no caminho certo". Segundo ele, os setores dominantes têm consciência que fazem luta de classes e é necessário que a educação seja vinculada à estratégia política. A última intervenção nesse sentido, no Brasil, referiu-se ao debate sobre educação popular ocorrido na década de 1960, com os trabalhos do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e o Movimento de Educação de Base, considerado avanço educacional no compromisso ético e profissional por cidadania para adultos oriundos das classes pobres. À época, a estratégia focalizava a alfabetização e a conscientização. "O objetivo era ampliar o número de eleitores, porque alfabeto não votava até então, bem como conscientizar sobre a necessidade de reformas e da revolução democrática burguesa", disse Leher. Ele lembrou que a burguesia não fez as reformas e, aos trabalhadores, coube empunhar essa bandeira. "Mas essa estratégia implicou um fracasso monumental com o golpe de 1964 e a debilidade da reação popular ao golpe", frisou.

Segundo o professor, a contraposição entre neoliberais e desenvolvimentistas é atual e acompanha a matriz teórica dos anos 1960. "O debate de hoje é o mesmo que balizava nossa reflexão nos anos 1960. Estamos aprisionados em uma lógica da educação que não pode romper com a classe em si. Temos que atualizar o debate para um projeto autônomo de classe pensado pelos trabalhadores", recomendou.

Leher citou o filósofo e cientista político Antônio Gramsci (1891-1937) para explicar como os dominantes dominam, lembrando que nem sempre os partidos estão organizados como tais e, muitas vezes, outras organizações capazes de conduzir a hegemonia e a visão de mundo cumprem essa função. "*O Todos pela Educação* não é um partido dos setores dominantes, mas atua como um partido ao difundir um projeto para a nação. Eles disputam os postos-chaves do Estado, como a Secretaria de Educação Básica e o Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] e têm uma influência crescente sobre os setores que elaboram a agenda. Exemplo disso é o Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado com a assessoria do movimento e é diferente do aprovado na Conferência Nacional de Educação", citou.

Na avaliação de Divina Lopes, entre os principais desafios dos movimentos sociais no contexto da luta de classe está propriamente a luta por educação. "Uma das grandes tarefas dos movimentos sociais é evidenciar as contradições que existem nessa sociedade, que é capitalista. A educação pública no Brasil está a serviço de quem?", indagou.

Para ela, nossa educação está a serviço dos grupos privados. "A formação está hegemonizada pelo capital e é feita em grande parte pelas empresas, vinculada ao sistema produtivo. A expansão do ensino superior, a interiorização das universidades e a expansão dos Ifets (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) estão vinculadas ao sistema produtivo. A educação pública está a serviço do capital", frisou, acrescentando que, para a sociedade, no entanto, a educação está a serviço de todos. "Acho que essa é uma contradição que nós, como movimento social, temos de problematizar", reconheceu.

Divina ressaltou, ainda, que as políticas educacionais estão estruturadas segundo a perspectiva da fragmentação da classe e, para ela, é fundamental que os trabalhadores, tanto da saúde quanto da educação, tenham essa noção. "Os movimentos sociais promoveram uma luta intensa e reconhecida pelo acesso à educação. Temos de reconhecer esse esforço, mas penso que, hoje, um dos grandes desafios é entender como as políticas educacionais estão estruturadas", argumentou.

Ela lembrou as políticas educacionais brasileira, historicamente organizadas em programas, cuja finalidade é atender à especificidade e não à totalidade. "Ao pensar a questão de maneira fragmentada, não se está colocando em foco a educação como um direito estruturante e universal", destacou, lembrando que o MST tem uma grande experiência pedagógica para pensar a educação na perspectiva da luta de classes. "Temos uma concepção que é mais que escola e está ligada a movimentos mais amplos da sociedade. Nossa luta é pela organização de um processo educativo que garanta o acesso à escola, mas dispute com o Estado a condução desse processo. A educação traz a luta do MST não apenas pela terra, mas também pela transformação social", concluiu.

Ministério da Saúde cria linha de cuidados para frear a obesidade e os gastos do SUS com as doenças associadas.

A iniciativa vem ao encontro de cursos ofertados pelas Escolas Técnicas do SUS.

Obesidade é problema de saúde pública e das ETSUS

em rede

Ana Paula Evangelista

A proporção de pessoas acima do peso no Brasil aumentou de 42,7%, em 2006, para 48,5%, em 2011. No mesmo período, o percentual de obesos subiu de 11,4% para 15,8%. Os dados foram revelados pela pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de 2011, realizada pelo Ministério da Saúde. Foram consultadas 54 mil pessoas, em todos os estados brasileiros, e os resultados da pesquisa serviram de base para a criação, em março de 2013, da Linha de Cuidados Prioritários do Sobrepeso e da Obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS), tema também presente nos cursos técnicos e de especialização das Escolas Técnicas do SUS (ver página ao lado).

A Vigitel 2011 informa, ainda, que a dieta do brasileiro é rica em gordura e pobre em frutas e hortaliças: há consumo excessivo de gordura saturada, presente em determinados tipos de carne, leite integral e refrigerante. O consumo de refrigerantes mais de cinco vezes por semana é comum entre 29,8% dos brasileiros. Além disso, pessoas obesas são mais propensas a doenças cardiovasculares, problemas ortopédicos, asma, apneia do sono, alguns tipos de câncer, esteatose hepática (excesso de gordura no fígado) e distúrbios psicológicos. Nesse sentido, a nova linha de cuidados define como deve ser a organização do serviço de Saúde — seja na atenção básica, com orientações relacionadas ao excesso de peso e aos fatores de risco associados, ou no atendimento em serviços especializados em obesidade.

A linha prevê a oferta de diferentes tipos de tratamentos e acompanhamentos ao usuário, o que inclui também atendimento psicológico. Segundo Patrícia Jaime, coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, será realizada busca ativa dos moradores de cada região com excesso de peso e serão criados grupos de apoio para a perda de peso e incorporação de hábitos saudáveis.

Os usuários poderão ser atendidos por nutricionistas, psicólogos e professores de educação física nas unidades básicas de saúde. Também está prevista a disponibilização de academias, como parte do Programa Academia da Saúde, hoje considerada principal estratégia para o incentivo da prática de atividades físicas. Atualmente, 82,1% dos 1.888 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasfs) contam com nutricionistas, 85,7% com psicólogos e 61,6% com professores de educação física.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 22% das doenças cardíacas, 10% a 16% dos casos de diabetes tipo 2 e de cânceres de mama, colo e reto poderiam ser evitados com atividade física adequada. Por isso, a linha de cuidado define que a pessoa com sobrepeso (IMC igual ou superior a 25) poderá ser encaminhada a um polo da Academia da Saúde.

Somente para este programa, foram repassados até agora R\$ 114 milhões, de um total de investimento previsto em R\$ 390 milhões. Cerca de 2.800 polos da Academia da Saúde estão sendo construídos e outros 155 projetos pré-existentes foram adaptados com recursos do Ministério da Saúde.

No âmbito dos serviços especializados, a linha traz algumas novidades, entre elas a redução dos critérios rigorosos para realização de cirurgia bariátrica. A nova portaria do Ministério da Saúde reduz de 18 para 16 anos a idade mínima para realizar o procedimento, em casos em que há risco ao paciente. A idade máxima, que até então era de 65 anos, também foi alterada. O que determinará a necessidade de um indivíduo submeter-se à cirurgia será a avaliação clínica, não a idade ou peso.

O Ministério da Saúde informa que a medida não acarretará sobrecarga dos centros cirúrgicos dos hospitais, pois os recursos serão repassados de acordo com a demanda de cada região. "A destinação de recursos vai depender do número de estados que aderirem à política. O impacto financeiro está atrelado à adesão dos estados. A nova política traz uma série de incentivos financeiros para estimular a habilitação de mais hospitais a realizar a cirurgia bariátrica, garantindo aumento de mais de 200% nos exames e reajuste médio de 20% das técnicas de cirurgia bariátrica na tabela do SUS", anuncia a coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Patrícia Jaime.

A Linha de Cuidados Prioritários do Sobrepeso e da Obesidade no SUS busca frear o crescimento dos números de obesos do país e evitar que as estatísticas alcancem números mundiais alarmantes, como em Nova York, nos Estados Unidos, onde mais de 10% dos adultos estão com diabetes. A maioria dos casos é provocada pelo consumo excessivo de açúcar. A doença pode provocar cegueira, amputações e problemas cardíacos. A secretaria de saúde nova-iorquina alertou que a doença virou uma epidemia e está diretamente ligada aos maus hábitos alimentares dos moradores.

No início da década de 1990, o percentual de diabéticos na cidade era de 4,2%. Em 2002, subiu para 8%. Em 2011, o índice atingiu 10,5%, o que representa 600 mil pessoas com a doença. Além dos riscos para o paciente, a conta é alta para toda a sociedade. Somente no ano passado, Nova York gastou mais de US\$ 16 bilhões exclusivamente com tratamento de diabetes.

No Brasil, o SUS destina anualmente R\$ 488 milhões com o tratamento de doenças associadas à obesidade. Somente com os casos de obesidade grave, esses custos chegam a R\$ 116 milhões, incluindo internação e atendimento de média e alta complexidade relacionados ao tratamento da obesidade e de outras 26 doenças associadas, entre elas isquemias do coração, cânceres e diabetes. Mas a expectativa do MS é positiva em relação à redução dos gastos e ao controle do aumento do número de obesos no país. "A linha de cuidado atribui responsabilidades para cada ponto de atenção à saúde, bem como estimula a integração dos diversos atores para o enfrentamento deste problema. Espera-se que essas ações possam impactar no controle da expansão do sobrepeso e da obesidade na população brasileira", destaca Patrícia.

Como calcular meu IMC?

O Índice de Massa Corporal (IMC) é feito através de um cálculo simples para descobrir se o peso corresponde aos parâmetros para a sua estatura. Esse teste é adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O IMC é igual à massa dividida pela altura ao quadrado ($\text{Massa}/\text{altura}^2$). Por exemplo, se uma pessoa pesa 78 kg e sua altura corresponde a 1,62m seu IMC é igual a 78 dividido por 1,62 ao quadrado que resulta em 29,7. Ou seja: $\text{IMC} = 78 / 1,62 \times 1,62 = 29,7$.

Após o cálculo, basta comparar com os valores da tabela e verificar em qual grupo está seu IMC. Nesse exemplo, o indivíduo está acima do peso. No caso de o indivíduo apresentar IMC abaixo de 17, ele está muito abaixo do peso. Entre 17 e 18,49, ele está abaixo do peso. Entre 18,5 e 24,99, peso normal. Entre 25 e 29,99, acima do peso. Entre 30 e 34,99, apresenta obesidade I. Entre 35 e 39,99, obesidade II (severa). E, acima de 40, apresenta obesidade III (mórbida).

Vale citar que o Índice de Massa Corporal é apenas um indicador. Há alguns problemas em usar o IMC para determinar se uma pessoa está acima ou abaixo do peso. Exemplo disso são pessoas musculosas que poderão apresentar um IMC alto e, mesmo assim, não serem consideradas gordas. O teste não se aplica às crianças.

■ O tema nas ETSUS

Em consonância com ações previstas pela Linha de Cuidados Prioritários do Sobrepeso e da Obesidade no SUS, algumas escolas que integram a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) oferecem cursos voltados para a formação e capacitação de profissionais para lidar com as consequências da obesidade e atuarem no sentido de reduzir o problema no país. Um exemplo é a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS), vinculada ao Instituto Dom Moacyr, no Acre. Em março, a escola formou 18 profissionais no Curso Técnico em Alimentação Escolar. A formação fez parte do Programa Pró-Funcionário, cujo foco é a capacitação, em nível técnico, de funcionários da rede escolar. A turma foi composta por merendeiras de escolas públicas e municipais da capital Rio Branco e teve carga horária de 1.260 horas.

Uma feira de alimentos, com apresentações de formas de se obter o aproveitamento integral dos produtos para consumo humano, marcou o encerramento do curso. As receitas foram preparadas pelas alunas a partir do cardápio servido diariamente nas escolas. Quem acompanhou o evento pode degustar as refeições e receber sugestões de como utilizar todas as partes dos alimentos, como casca, semente, folha, talo e a própria polpa. A proposta buscou mostrar que a atitude, além de nutritiva, contribui para a diminuição do acúmulo de lixo orgânico. "Percebemos que as profissionais levarão melhorias aos cardápios escolares, trazendo mais quali-

dade de vida e trabalhando para a diminuição da obesidade infantil e outros agravos à saúde”, esclareceu Anna Abreu, coordenadora-geral da ETSUS Acre.

As antigas merendeiras, agora técnicas em alimentação escolar, fazem parte do quadro de profissionais que estão diretamente ligados a ações previstas pelo Programa Saúde na Escola (PSE), que está associado à nova linha de cuidados. A proposta encontra justificativa na Pesquisa de Orçamento Familiar de 2009 (POF), revelando que uma em cada três crianças de 5 a 9 anos está acima do peso. Na faixa etária entre 10 a 19 anos, o excesso de peso atinge 21,5%. “A escola é um espaço privilegiado para ações de promoção da alimentação saudável, em virtude de seu potencial de produzir impacto sobre a saúde, a autoestima e o desenvolvimento de habilidades de todos os integrantes da comunidade escolar, da família e da criança”, observa a coordenadora de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Patrícia Jaime.

Ela acredita que o profissional técnico em saúde contribui na promoção da saúde e nas mudanças de hábitos da comunidade. “A inserção de estudos sobre fatores de risco, como obesidade para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, nos módulos dos cursos técnicos é importante para formação de um profissional de saúde qualificado”, recomenda. Patrícia lembra que as doenças crônicas não transmissíveis respondem por cerca de 70% das mortes no país.

Vale citar que o PSE pode ajudar a prevenir e a controlar a obesidade com diversas ações, que englobam avaliação clínica, acompanhamento do estado nutricional dos escolares e encaminhamento daqueles que necessitam de atenção individualizada para as unidades básicas de saúde. Além da avaliação clínica, o programa também desenvolve diversas ações de promoção da saúde, em parceria com os professores para a formação de hábitos saudáveis dos escolares. Por dois anos consecutivos, em 2012 e 2013, a prevenção da obesidade foi tema central da Semana de Mobilização Saúde na Escola, do Ministério da Saúde (MS). Nesse período, profissionais de saúde participam e promovem ações nos estabelecimentos de ensino de todo país, como medição antropométrica da população escolar, palestras e atividades lúdicas. Em 2012, 2.495 municípios aderiram ao PSE, contemplando 56.157 escolas e envolvendo 14.439 equipes de Saúde da Família. Quase 12 milhões de estudantes foram beneficiados pelas ações do MS, que investiu R\$ 120 milhões nesta iniciativa.

Na ETSUS-AC, o tema obesidade é trabalhado, também, em todos os cursos oferecidos pela escola, que atualmente tem 1.200 alunos matriculados. Nos cursos técnicos em Saúde Bucal, Enfermagem, Radiologia, Hemoterapia e Vigilância em Saúde a temática é eixo transversal. Nos cursos técnicos em Nutrição e Dietética e em Alimentação Escolar, o tema da obesidade é tratado em seminários e palestras nos campos de estágio e está associado à avaliação nutricional, à promoção e prevenção da saúde e à orientação a grupos diversos.

A formação do técnico em nutrição e dietética já possibilitou a profissionalização de duas turmas para públicos não inseridos no SUS, com a oferta de 60 vagas. A maior parte dos profissionais está inserida no mercado de trabalho, pois está capacitada para atuar nas áreas de Nutrição Clínica Hospitalar (hospitais, lactários, bancos de leite humano, centros e postos de saúde, asilos, clínicas, academias de ginástica, SPAs e bancos de sangue), e de Saúde Coletiva (em programas institucionais, como o Programa de Alimentação do Trabalhador e de Vigilância Sanitária, e centros e postos de saúde), em unidades de alimentação e nutrição (cozinhas industriais e hospitalares, produção de refeições transportadas e *catering*, produção de congelados, hiper e supermercados, cantinas, restaurantes comerciais, hotéis e similares, empresas de refeições-convênio, empresas de comércio de cesta básica, creches, escolas e orfanatos e unidades de recuperação social) e em indústrias (de alimentos, setores de marketing, representações e vendas). Atualmente, a escola conta com duas turmas desse curso em andamento, uma com 22 alunos e outra com 28. A previsão de formatura é em 2014.

Na região Centro-Oeste do país, a Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago concluiu, no início de abril, a Atualização em Cuidador de Idosos. O curso foi iniciado em outubro de 2012 e capacitou 51 alunos, entre enfermeiros, técnicos em nutrição e auxiliares e técnicos em enfermagem que trabalham nas unidades de Longa Permanência da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG/GO). A formação foi dividida em 104 horas, distribuídas em 15 bases tecnológicas, entre elas Alimentação, dieta e desnutrição e Qualidade de vida e seus fatores, nas quais o tema da obesidade ganhou destaque.

A escola oferece, também, o Curso Técnico em Enfermagem, em que uma das bases tecnológicas é sobre nutrição. Nesse contexto, a obesidade e suas consequências são temas tratados com os alunos. A escola já formou 19 turmas descentralizadas em municípios diferentes do estado de Goiás, totalizando 428 alunos que concluíram o curso em 2011. O tema da obesidade aparece, ainda, na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, realizada em 246 municípios, capacitando 7.596 alunos, e na Especialização em Gerontologia para Técnicos em Enfermagem, que tem um capítulo específico sobre o assunto. Para este segundo curso, estão previstas 17 turmas que deverão iniciar no segundo semestre de 2013. Segundo a superintendente da escola, Meire Incarnação Ribeiro Soares, esses profissionais poderão atuar diretamente nas ações previstas pela Linha de Cuidados Prioritários do Sobrepeso e da Obesidade no SUS. “Ao retornarem para a Rede de Atenção Primária, esses profissionais poderão aplicar o conteúdo do curso em seus afazeres diários, como em reuniões com gestantes, crianças, adolescentes, hipertensos, diabéticos e com os que estão com excesso de peso ou obesos”, orienta. ■

Daniela Silva Canella

'A má alimentação e a falta de exercício não são escolhas individuais'

entrevista

Ana Paula Evangelista

A nutricionista Daniela Silva Canella, mestre e doutoranda em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), chama atenção, nesta entrevista à RET-SUS, para a necessidade urgente de ações intersetoriais que envolvam o tratamento e a prevenção da obesidade. Ela destaca que o sobrepeso tem relação direta com a má alimentação, mas ressalva que os fatores socioculturais devem ser levados em conta. "A publicidade agressiva, principalmente daqueles alimentos direcionados ao público infantil, e o fato de os indivíduos terem um estilo de vida sedentário influenciam o crescimento da obesidade no país", frisa.

De acordo com a nutricionista e especialistas nos temas da epidemiologia nutricional, obesidade, avaliação econômica em saúde, consumo alimentar de grupos populacionais e avaliação de programas e políticas de alimentação e nutrição, a obesidade avança de forma contínua em todas as faixas etárias desde a década de 1970 e, a partir de meados dos anos 2000, a cada ano atinge cerca de 1% a mais da população adulta.

O SUS gasta, anualmente, com as doenças associadas à obesidade cerca de R\$ 488 milhões. O que justificaria esses gastos?

O expressivo impacto financeiro da obesidade para o SUS, resultado dos gastos diretos com assistência à saúde na média e alta complexidade, decorre do fato de a obesidade, além de ser uma doença, ser também fator de risco para outras 26 doenças, com destaque para as cardiopatias, as diabetes e alguns tipos de câncer. A obesidade impacta também o orçamento familiar, visto que nem toda população tem acesso ao SUS, e gera custos indiretos, como dias de trabalho perdidos, produtividade reduzida, pensões por invalidez e mortalidade prematura. Tamanho impacto para o país se deve ao ganho de peso acelerado da população brasileira. Registros revelam que, desde a década de 1970, a obesidade avança de forma contínua em todas as faixas etárias e, a partir de meados dos anos 2000, a cada ano atinge cerca de 1% a mais da população adulta.

O brasileiro conhece os riscos ligados à obesidade?

Os riscos à saúde decorrentes da obesidade são conhecidos por grande parte da população, mas, como não são imediatos, não chamam a atenção das pessoas. Uma doença associada à obesidade pode levar anos para se desenvolver. Além disso, sob o ponto de vista individual, a obesidade não é um problema simples de ser controlado, pois ainda que o hábito alimentar e



Arquivo da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)

a prática de atividade física pareçam ser decisões individuais, o ambiente, seja ele físico, econômico ou sociocultural, tem um importante papel na tomada de decisão.

Até onde aspectos psicológicos influenciam o crescimento da obesidade?

A má alimentação e a falta de atividade física não são simplesmente escolhas individuais. São fatores fortemente influenciados por outros aspectos, como o ambiente. A obesidade tem múltiplos determinantes: biológicos, históricos, sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e, também, psicológicos. Assim, diante de tal complexidade, é incorreto culpar o indivíduo obeso por sua condição.

Cada vez mais jovens, incluindo crianças, aparecem nas estatísticas de obesidade no Brasil. Por que o sobrepeso e a obesidade estão atingindo essa faixa etária?

O sobrepeso e a obesidade avançam em todas as faixas etárias, inclusive entre crianças, devido a mudanças na dieta e no estilo de vida da população, resultado da industrialização e da urbanização. Tais mudanças resultam do crescente e excessivo consumo de alimentos prontos para o consumo, como os ultraprocessados — que apresentam alta densidade energética (energia por volume), são ricos em açúcar, sal e gordura saturada e, pobres em fibras —, e de bebidas adoçadas, como refrigerantes e sucos de frutas. O quadro de obesidade é, ainda, fortemente influenciado pela publicidade agressiva, principalmente daqueles alimentos direcionados ao público infantil, e pelo fato de os indivíduos terem um estilo de vida sedentário. Desta forma, o ambiente, que é cada vez mais 'obesogênico', contribui fortemente para o aumento da obesidade, favorecendo o consumo de alimentos não saudáveis e dificultando a prática de atividade física.

Segundo o Ministério da Saúde, a obesidade está mais presente na população com renda menor que três salários mínimos e com menos de oito anos de estudo...

Ao longo do tempo, a obesidade vem avançando em todos os níveis de renda e escolaridade. Atualmente, os maiores índices atingem os homens das classes mais altas e com maior escolaridade e as mulheres com menor escolaridade. A explicação disso é que, diferente da desnutrição, políticas promotoras de equidade não são suficientes para combater o avanço da obesidade.

Quais seriam as ações mais eficazes para a redução do sobrepeso e da obesidade?

Para a redução dos índices de sobrepeso e de obesidade na população é necessário um conjunto de ações intersetoriais que envolvam a promoção da saúde e a prevenção da obesidade, bem como o tratamento e a recuperação desses

indivíduos. Faz-se necessário criar estratégias específicas voltadas para os diferentes ciclos da vida — infância, adolescência, idade adulta, terceira idade e gestação —, e para os grupos de maior risco. Além disso, é preciso agir sobre o ambiente, com a oferta de alimentos saudáveis e a preços acessíveis, e restringir a oferta de alimentos prontos para consumo.

A cirurgia bariátrica seria uma alternativa eficaz no controle e combate da obesidade?

A cirurgia bariátrica não deve ser encarada como uma estratégia de combate à obesidade. Para esse fim, são necessárias ações de promoção da saúde e da alimentação saudável, bem como ações focadas na prevenção do ganho de peso. No entanto, há um contingente de indivíduos obesos que precisam de cuidados especiais. Quando tratamentos baseados em prescrição dietética, terapia comportamental e uso de medicamentos não forem eficazes, a cirurgia é uma estratégia adequada e deve ser indicada.

Qual a sua avaliação em relação ao aumento do número de cirurgias pelo SUS e a redução da idade mínima para realização do método?

A discussão sobre a necessidade de cirurgia bariátrica não pode acontecer isoladamente. Uma vez que as demais alternativas de tratamento da obesidade sejam consideradas ineficazes, a realização de cirurgia faz-se necessária. Nesse sentido, é importante a expansão do número de cirurgias no âmbito do SUS, aliada ao adequado acompanhamento multiprofissional do indivíduo no pré e pós-operatório. Em relação à redução da idade mínima para realização de cirurgia, esta encontra justificativa no avanço da ocorrência de obesidade e das doenças associadas entre os adolescentes.

Os profissionais da saúde estão preparados para lidar com essa nova realidade de saúde?

A discussão da obesidade como doença ganha cada vez mais espaço entre os profissionais da saúde. O mesmo não se observa quando se trata da estrutura física e dos equipamentos das unidades de saúde. Garantir a acessibilidade aos indivíduos obesos, por meio de portas e macas em tamanho adequado e balanças com capacidade superior a 150 kg, por exemplo, é necessário e urgente.

Há uma visão otimista frente ao aumento da obesidade no Brasil e em outros países no mundo?

Considerando que a obesidade tem múltiplas e complexas causas, enfrentá-la implica o desenvolvimento e a implementação de um conjunto de ações intersetoriais, por sua vez relacionadas ao enfrentamento dos determinantes sociais da obesidade, à promoção e à prevenção da saúde e ao tratamento da doença. ■

ETSUS Maranhão inicia novas formações

A Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA), em São Luís, no Maranhão, iniciou, no dia 8 de abril, os aperfeiçoamentos em Atenção Primária em Saúde, para agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares em enfermagem, e em Maternidade e em UTI Neonatal, para técnicos e auxiliares em enfermagem. As turmas acontecem na sede da escola, nos turnos da manhã e tarde. Segundo a coordenadora pedagógica da ETSUS-MA, Regimarina Soares Reis, a previsão de formatura é dezembro de 2013.

Aos agentes comunitários, foram oferecidas 190 turmas, com carga horária de 60 horas. Até o momento, já foram iniciadas 68 turmas. No Aperfeiçoamento em Atenção Primária, para técnicos e auxiliares em enfermagem, são 70 turmas. Para o Aperfeiçoamento em Maternidade, foram destinadas 40 turmas. E, para o Aperfeiçoamento em UTI Neonatal, 10 turmas. Todos os cursos têm carga horária de 180 horas.

Curso Técnico em Enfermagem da Escola Técnica Izabel dos Santos é vinculado à Aben

O Curso Técnico em Enfermagem da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (Etis), no Rio de Janeiro, foi vinculado à Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), por decisão do Conselho Nacional da Aben (Conaben), proferida em fevereiro de 2013. Segundo a associação, a vinculação é fruto do trabalho desta instituição, que há 22 anos cumpre a missão de formar como técnicos os servidores de nível médio do estado.

Criada em 1º de novembro de 1989, no contexto da Reforma Sanitária, a Etis está, hoje, vinculada à Fundação de Apoio às Escolas Técnicas (Faetec). Sua origem remonta a criação da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Hospital dos Servidores do Estado (HSE), que tinha como objetivo principal formar auxiliares em enfermagem para o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps).

A Etis tem como proposta pedagógica a chamada Teoria Crítica da Educação, que propõe a capacidade de construção e reelaboração do conhecimento pelo aluno, estimulando a reflexão e a articulação entre ensino, serviço e ação junto à comunidade. A escola descentraliza seus cursos para todo o estado do Rio de Janeiro, através dos Centros de Execução Programática Descentralizados (CEPDs).

ETSUS Blumenau investe na formação de profissionais da Saúde da Família

A Escola Técnica de Saúde de Blumenau (SC) promove o Curso de Aperfeiçoamento em Estratégia Saúde da Família (ESF). Três turmas foram iniciadas em abril desse ano, nos municípios de Timbó, Indaial e Brusque, envolvendo 90 profissionais de saúde, entre médicos, dentistas, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, educadores físicos, fisioterapeutas e técnicos em saúde bucal e em enfermagem. O curso acontece no contexto do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde.

Voltada para a qualificação de trabalhadores que atuam na ESF, com base no princípio da integralidade e nas diretrizes da Política de Atenção Básica, a formação pretende desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para uma prática em saúde com mais qualidade, resolutiva e eficiente, fortalecendo, dessa maneira, as equipes de Saúde da Família e promovendo a articulação com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e com a gestão.

Os eixos temáticos abordados no curso são: Aspectos históricos sociais e políticos do SUS; Políticas de Saúde; Diretrizes operacionais da Estratégia Saúde da Família; e Processo de trabalho e organização dos cuidados na ESF. Os docentes do projeto são trabalhadores do serviço da Atenção Básica, facilitando a medição nas discussões, aproximando as realidades e potencializando o ensino-serviço.

A ETSUS Blumenau planeja ofertar outras sete turmas do curso no segundo semestre desse ano.

EPSJV inicia nova turma de Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde

Os desafios para a atuação do agente comunitário de saúde (ACS) e a importância da formação técnica completa permearam a aula inaugural da nova turma do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, iniciado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) no dia 29 de abril. A nova turma é a primeira selecionada por um processo seletivo público. Um dos critérios de seleção, definido pela EPSJV em conjunto com o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Município do Rio de Janeiro (Sindacs-RJ) e os egressos de turmas anteriores, foi o maior tempo de atuação no SUS. "O objetivo era dar prioridade a quem já está há mais tempo no serviço, esperando por essa formação. Alguns desses ACS fizeram a primeira etapa da formação em 2005 e, desde então, esperavam pela continuidade do curso técnico", explicou Helifrancis Ruella, um dos coordenadores do curso juntamente com Mariana Lima Nogueira, Márcia Lopes e Vera Joana Bornstein.

A turma é formada por 31 alunos que atuam como agentes comunitários de saúde nos municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e que já fizeram a primeira etapa da formação na Escola Técnica do SUS Izabel dos Santos. Na EPSJV, eles farão a segunda e a terceira etapas da formação técnica, que têm carga horária total de 920 horas. O curso técnico deve ser concluído até setembro de 2014. "Fazer a formação técnica completa é um posicionamento político da EPSJV", frisou Mariana.

A nova turma do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde difere-se das anteriores pelo fato de contar, agora, com três preceptores com experiência na área da Educação Popular em Saúde. "Esses profissionais serão responsáveis pelas práticas profissionais e por oficinas deste campo do conhecimento ao longo do curso", contou a coordenadora. Outra novidade diz respeito ao formato mais abrangente do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além do trabalho escrito, os alunos poderão apresentar o TCC no formato filme, teatro, fotografias, entre outros.

Essa é a terceira vez que a EPSJV oferece a formação técnica. Em 2011, a escola concluiu a formação da primeira turma de ACS da Região Sudeste. Na ocasião, foram formados agentes que atuavam em Manguinhos, zona Norte do Rio. Em dezembro de 2012, a EPSJV concluiu a formação de sete turmas, com a participação de 210 agentes comunitários que atuavam na cidade do Rio. Esse foi o segundo grupo de trabalhadores da categoria no estado que recebeu formação técnica completa, conforme determinam os referenciais curriculares do Ministério da Educação (MEC). Os agentes que participaram do curso já haviam realizado a primeira etapa da formação na Escola Técnica Izabel dos Santos. A exemplo da atual, a formação oferecida pela EPSJV incluiu as outras duas etapas formativas.



Arquivo EPSJV

ETSUS-RR realiza capacitação de agentes comunitários de saúde em Uiramutã

Entre os dias 15 e 19 de abril, a Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima (ETSUS-RR) realizou oficina pedagógica voltada para a Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na cidade de Uiramutã, município do nordeste do estado, onde estão grandes reservas indígenas e um Parque Nacional e cuja população está estimada em torno de nove mil habitantes. O evento teve como propósito realizar o planejamento pedagógico do curso e a matrícula de 23 alunos inseridos no SUS.

A oficina foi conduzida pela diretora pedagógica, Luciana Freitas dos Santos, e pela secretária escolar da ETSUS-RR, Taynah de Souza Barbosa. Na ocasião, foi apresentado o corpo docente responsável pelo curso, formado por Lucirene de Lima Campos, enfermeira e coordenadora da Estratégia Saúde da Família de Uiramutã, e Edênis Barbosa de Moraes, técnico da escola.

A nova turma da Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde iniciou as aulas no dia 20 de maio. A formação conta com recursos do Programa de Educação Permanente, instituído pela Portaria nº 1.996/2006, do Ministério da Saúde. A escola pretende ofertar, ainda neste ano de 2013, 29 turmas do curso por todo estado de Roraima, disponibilizando mais de 700 vagas.

Curso de Atualização em Cuidador de Idosos na ETSUS-AC

A Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, planeja ofertar dez turmas do Curso de Atualização em Cuidador de Idosos. Coordenadora-geral da ETSUS-AC, Anna Lúcia Leandro de Abreu informa que cada turma terá 20 alunos, contemplando 120 profissionais. Segundo ela, a formação será oferecida com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A previsão é que cinco turmas sejam iniciadas em julho. Já as turmas restantes, em outubro. A formação terá carga horária de 160 horas. De acordo com Anna Lúcia, a iniciativa atende a uma necessidade crescente do estado de formação nessa área. "Faz-se necessário qualificar pessoas para o cuidado com os idosos, tanto no domicílio quanto em casas de repouso ou espaços de atendimento", observa. Em sua avaliação, essa área é de extrema importância, uma vez que, no estado, não há muitas unidades de atendimento. "A maioria das pessoas fica nas residências e, muitas vezes, é cuidada por familiares. Há poucos cuidadores com formação no Acre", informa.

Alunos da ESP-CE participam de prática de primeiros socorros

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), através da Diretoria de Educação Profissional em Saúde, realizou, no dia 17 de abril, aula prática de primeiros socorros. A atividade faz parte do Curso Técnico em Enfermagem destinado aos profissionais que atuam como auxiliares de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS).

O objetivo da formação técnica é promover a melhoria do desempenho profissional e da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos usuários do SUS. O aluno Eldo da Silva diz que o curso está sendo muito interessante no que se refere à atualização do conhecimento na área. "Percebo que estou dando uma 'repaginada'", observa.

Entre as principais atribuições da ESP-CE quanto à realização do curso, destaca-se a articulação no desenvolvimento do curso com as instituições de saúde estaduais, a seleção dos facilitadores e orientadores de estágio, a capacitação técnica e pedagógica dos facilitadores e orientadores de estágio, o acompanhamento técnico e pedagógico das turmas na implantação, no desenvolvimento e na avaliação do curso, por meio de supervisões pedagógicas, e, ainda, o fornecimento de material didático-pedagógico necessário.



Arquivo ESP-CE

Efos forma novos técnicos em enfermagem

A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, formou 22 novos técnicos em enfermagem. A cerimônia de conclusão do curso aconteceu no dia 18 de abril. A turma, iniciada em 30 de julho de 2012, foi composta por auxiliares em enfermagem de municípios da Região de Saúde Nordeste do estado. As aulas aconteceram em Joinville, totalizando 600 horas.

ETSUS-PI celebra formatura de técnicos em Saúde Bucal



Acervo ETSUS-PI

O Centro de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luis Barbosa Cortez (ETSUS-PI), em Teresina, no Piauí, formou 47 alunos no Curso Técnico em Saúde Bucal. Para celebrar a formatura, a escola realizou, entre os dias 1º e 6 de abril, uma série de eventos, começando pela realização de uma missa de Ação de Graças, na Igreja São Benedito, no centro da cidade. No dia 2 de abril, foi realizada a chamada Aula da Saudade, na sede da escola, em que os alunos e professores relembrou os momentos de convívio. No dia 3, foi promovido o descerramento da placa de formatura da turma e, no dia seguinte, os alunos visitaram o Conselho Regional de Odontologia do Piauí (CRO-PI). No dia 5, os alunos participaram de um culto evangélico na Igreja Batista Nova Aliança, no bairro Timon e, no último dia do evento, foi realizada a colação de grau, na sede da ETSUS-PI.

O Curso Técnico em Saúde Bucal teve início na escola em 17 de junho de 2011, com duas turmas, totalizando 58 alunos matriculados. "O curso é de grande importância não só para os profissionais, mas também para toda a sociedade piauiense, que a partir de agora poderá contar com pessoas especializadas", disse a coordenadora pedagógica Vera Alice Melo.

Vale citar que a ETSUS-PI está instalada no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (CEEPS), no bairro São Pedro, em Teresina. A escola foi criada em 2 de março de 2005, por meio do Decreto Estadual nº 11.655, e, desde então, já formou cerca de nove mil pessoas através dos cursos técnicos em Radiologia, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde, além dos aperfeiçoamentos em Terapia Neonatal e Terapia Adulto, Hemoterapia, Maternidade e Saúde do Idoso.

Escola do Ceará recebe representante da ETSUS Pará

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) recebeu, nos dias 2 e 3 de maio, a visita da gerente pedagógica da Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA), no Pará, Izabel Cristina, e do coordenador do Curso Técnico em Radiologia da instituição paraense, Nilson Macêdo. Na ocasião, a diretora de Educação Profissional da ESP-CE, Ondina Canuto, reuniu-se com os visitantes com o intuito de apresentar o Curso Técnico em Radiologia ofertado pela escola do Ceará. Na ETSUS-PA, esta formação será oferecida no segundo semestre deste ano.

No primeiro dia da visita, Izabel e Macêdo conheceram os demais cursos realizados pela Direção de Educação Profissional da ESP-CE e esclareceram as dúvidas sobre a estrutura e o funcionamento administrativo da escola anfitriã. No dia seguinte, eles visitaram o Hospital Geral de Fortaleza (HGF), onde puderam observar os alunos do Curso Técnico em Radiologia da escola cearense no estágio supervisionado. "Essa viagem superou minhas expectativas, pois além de conhecer melhor o Curso Técnico em Radiologia, pude trocar experiências sobre outros cursos e conhecer o acervo bibliográfico e a secretaria escolar da ESP-CE", salientou Izabel.



Acervo ESP-CE

Escola do Maranhão inicia Curso Técnico em Vigilância em Saúde

A Escola Técnica do SUS Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS-MA), em São Luís, no Maranhão, iniciou as aulas do Curso Técnico em Vigilância em Saúde. São duas turmas, com um total de 62 alunos, destinadas aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) que atuam ou desejam atuar na área.

Uma turma iniciou em 25 de março, com 30 alunos. A outra, na segunda semana de maio, com 32 alunos. As aulas são realizadas nos turnos da manhã e tarde e o curso tem duração de 18 meses, com carga horária de 1.500 horas. Segundo a coordenadora pedagógica da ETSUS-MA, Regimarina Soares Reis, há ainda a previsão de formação de mais quatro turmas, após pactuação e autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE-MA).

ESP-MG inaugura Curso Técnico em Vigilância em Saúde

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), iniciou, em 18 de abril, a primeira turma do Curso Técnico em Vigilância em Saúde. A formação, focada na promoção, prevenção e recuperação da saúde do indivíduo e da comunidade, conta com a participação de representantes das vigilâncias ambiental, epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador de municípios da jurisdição da Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte (SRS-BH), capital do estado.

De acordo com o coordenador do Núcleo de Educação Técnica em Saúde da ESP-MG, João André Silva, o curso tem como proposta metodológica a integração ensino-serviço e visa a atender demandas prioritárias do Ministério da Saúde. "Faz-se necessário formarmos profissionais generalistas em consonância com a atenção primária", explicou.

Divididos em quatro módulos — SUS e o processo de trabalho em vigilância em saúde; Território; Políticas, planejamento e organização; e Ações, procedimentos e intervenções da área da vigilância —, o curso tem 1.320 horas, sendo 610 horas de concentração (teóricas) e 710 horas de dispersão (práticas no local de trabalho). Após os 17 meses de curso, o aluno estará habilitado como técnico em vigilância em saúde, apto a desenvolver diferentes ações de promoção da saúde, de proteção e prevenção de agravos e doenças. A coordenadora do curso, Juliana Teixeira, informa que a concentração acontece semanalmente na ESP-MG e a dispersão, no próprio local de trabalho com o supervisor. "A intenção é que o profissional aplique o conhecimento no seu dia a dia", descreveu.

A ESP-MG planeja ofertar mais cinco turmas do curso, com cerca de 40 alunos em cada uma, sendo duas para a SRS-BH e três para profissionais de regionais do interior.

Provab 2013 conta com número dez vezes maior de médicos

A população de 152 municípios localizados nos estados da Região Sul do país — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — já contam com 312 médicos a mais atuando nas unidades básicas de saúde. Esses profissionais integram o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) do Ministério da Saúde e, desde março deste ano, atendem nas periferias de grandes cidades, interior do país e áreas remotas. O Rio Grande do Sul foi o estado da Região Sul com maior número de participantes: 123 profissionais, em 66 municípios. Em Santa Catarina, 110 médicos estão atuando em 52 municípios. Já, no Paraná, 79 profissionais estão presentes em 34 cidades. Em todo o país, a Região Nordeste foi a que contou com o maior número de médicos e municípios participantes. Ao todo, são 2.241 profissionais em 645 cidades. Segue no ranking, o Sudeste, com 821 médicos em 333 cidades, o Centro-Oeste, que recebeu 227 médicos em 91 cidades, e o Norte, com 199 profissionais em 86 municípios.

O Provab conta, hoje, com um total de 3.800 médicos, atuando em 1.307 municípios. Cerca de 20% estão em municípios com população rural e pobreza elevada. Outros 20% estão nas periferias dos grandes centros (regiões metropolitanas). O restante está distribuído nas regiões com população maior que 100 mil habitantes (5%), intermediária (33%), população rural e pobreza intermediária (21%) e populações quilombola, indígena e dos assentamentos rurais (1%). Nesta edição de 2013, o número de profissionais aumentou dez vezes em um ano, passando de 381, em 2012, para os 3.800 atuais.

Os municípios e regiões que contam com médicos do Provab foram indicados pelos gestores locais devido à carência de profissionais. As demandas apresentadas pelos municípios foram disponibilizadas para que os médicos interessados em participar da iniciativa escolhessem entre cinco opções em quais cidades gostariam de trabalhar. Neste ano, dos 2.856 municípios inscritos pelos secretários de saúde municipais, 1.291 conseguiram médicos interessados em atuar nessas regiões. Os médicos participantes do Provab recebem uma bolsa mensal de R\$ 8 mil, paga integralmente pelo Ministério da Saúde, e devem cumprir 32 horas semanais de atividades práticas nas unidades básicas de saúde (UBS) e oito horas semanais de curso de pós-graduação em Saúde da Família, com duração de 12 meses.

Norte

Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330
escoladesaude.educacao@ac.gov.br
www.idep.ac.gov.br

Amapá

Centro de Educação Profissional
Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175
grazielareis2010@bol.com.br

Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira
Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620
etsus_saavedra@yahoo.com.br
www.cetam.am.gov.br

Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 / 9301
etsuspa@gmail.com
www.sespa.pa.gov.br/etsus

Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional
na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307
cetas.ro@gmail.com
www.cetas.ro.gov.br

Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3623-6891
etsus_rr@hotmail.com
www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

Tocantins

Superintendência da Escola Tocantinense do
Sistema Único de Saúde – SETSUS/TO
(63) 3218-6280 / 6277 / 6281 / 1717
etsus@saude.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br

Nordeste

Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403
etsal@etsal.com.br
www.etsal.com.br

Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde
Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496
sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

Ceará

Escola de Saúde Pública do Ceará
(85) 3101-1401 / 1403
esp@esp.ce.gov.br
www.esp.ce.gov.br

Maranhão

Escola Técnica do SUS
Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220
etsusma@hotmail.com

Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7764 / 7765
diretorcefor@saude.pb.gov.br

Pernambuco

Escola de Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3181-6090
esppe2009@gmail.com
www.saude.pe.gov.br

Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em
Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406 / 2668
etsus.piceeps@ymail.com

Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os
Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza
(84) 3232-7634 / 0823
cefope@rn.gov.br
www.cefope.rn.gov.br

Sergipe

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005
etsus@funesa.se.gov.br
www.ses.se.gov.br

Centro-Oeste

Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3325-4944 / 3327-3914
etesb.fepecs@saude.df.gov.br ou
etesb.fepecs@yahoo.com.br
www.etesb.fepecs.edu.br

Goias

Centro de Educação Profissional de Saúde da
Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás
Cândido Santiago
(62) 3201-3425
cepsaudeses@gmail.com
www.saude.go.gov.br

Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado
do Mato Grosso
(65) 3613- 2324
dgesp@ses.mt.gov.br
www.saude.mt.gov.br/portal/escola

Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS
Profª Ena de Araújo Galvão
(67) 3345- 8055 / 8056
etsus@saude.ms.gov.br

Sudeste

Espírito Santo

Núcleo de Educação e Formação
em Saúde da SES
(27) 3636-8249 / 8256 / 8257 / 8232 (fax)
nefs.dir@saude.es.gov.br

Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado
de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 3829
diretoria@esp.mg.gov.br ou
diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica
/ Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592
ets@unimontes.br
www.unimontes.br

Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde
Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2333-9627 / 9626 / 2218-1025
etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797
epsjv@fiocruz.br
www.epsjv.fiocruz.br

São Paulo

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / Fax: 5080-7462
ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

Centro de Formação de Recursos Humanos
para o SUS de Araraquara
(16) 3335-7545
cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para
a Saúde de Assis
(18) 3302-2226 / 2216
drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde
de Franco da Rocha
(11) 4811-9392
chj-cefor@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área
da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916
cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível
Médio para a Saúde - CEFORH
(13) 3856-2362 / 9716
ceforh@consaude.org.br ou
ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde – EMS / CGP / SMS
(11) 3846-4569 / 1134
emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/
saude/ems

Sul

Paraná

Centro Formador de RH Caetano
Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293
cenforpr@sesa.pr.gov.br
www.saude.pr.gov.br

Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional
em Saúde do Estado d Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 / 1494 / 1475
etsus@saude.rs.gov.br

Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde (EFOS)
(48) 3665-5540
direcaoefos@saude.sc.gov.br
http://efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de
Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 / fax: 3326-7422
etsusb Blumenau@blumenau.sc.gov.br



receba o boletim: www.retsus.fiocruz.br/boletim | revista online: www.retsus.fiocruz.br | twitter: www.twitter.com/RET_SUS



RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

A Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) é composta por 36 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS presentes em todos os estados do Brasil. Trata-se de uma rede governamental criada pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil, que tem como proposta o incentivo à articulação, à troca de experiências e a promoção de debates coletivos e da construção de conhecimento na área da educação profissional em saúde, visando o fortalecimento da formação de nível médio para a Saúde.



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse www.retsus.fiocruz.br

